

# Energética Águas da Pedra S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018 e 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
SAI/SO, Área 6580 – Bloco 02, 3º andar, sala 302 – Torre Norte  
Park Shopping - Zona Industrial (Guará)  
Caixa Postal 8587 - CEP: 71219-900 – Brasília/DF - Brasil  
Telefone +55 (61) 3362 3700, Fax +55 (61) 3362 3701  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e aos administradores da  
Energética Águas da Pedra S.A.  
Aripuanã – MT**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Águas da Pedra S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Águas da Pedra S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

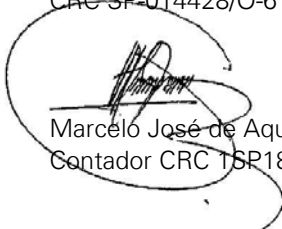
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de janeiro de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC-SP-014428/O-6 F-DF



Marcelo José de Aquino  
Contador CRC 16P183836/O-6

## Energética Águas da Pedra S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	26.547	32.155	Fornecedores	17	4.488	4.303
Contas a receber	11	36.475	31.536	Empréstimos e financiamentos	19	35.573	35.564
Adiantamentos		687	673	Obrigações sociais e trabalhistas		356	398
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	2.993	15.405	Imposto de renda e contribuição social corrente	27.1	7.308	16.690
Despesas antecipadas	14	985	1.527	Impostos e contribuições a recolher	27.1	1.838	1.331
Outros ativos		3.133	1.345	Dividendos propostos	20	23.522	20.992
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>70.820</b>	<b>82.641</b>	Encargos setoriais	18	2.432	2.339
<b>Não circulante</b>				Taxas regulamentares	18	9.177	7.922
Títulos e valores mobiliários	10	17.053	18.691	Outorga da concessão	20	1.810	1.740
Despesas antecipadas	14	11.342	11.844	Outros passivos		120	261
Outros ativos		434	-	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>86.624</b>	<b>91.540</b>
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>28.829</b>	<b>30.535</b>	<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	15	670.397	697.371	Empréstimos e financiamentos	19	244.875	277.543
Intangível	16	13.106	13.407	Outorga da concessão	20	13.739	13.322
		<b>683.503</b>	<b>710.778</b>	Provisões de contingências	21	1.999	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>712.332</b>	<b>741.313</b>	Outros passivos		67	11
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>260.680</b>	<b>290.876</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>783.152</b>	<b>823.954</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	23	263.000	263.000
				Reservas de lucros		172.848	178.538
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>435.848</b>	<b>441.538</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>783.152</b>	<b>823.954</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Energética Águas da Pedra S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Receita operacional líquida	24	257.379	240.155
Custo dos serviços prestados	25	<u>(112.277)</u>	<u>(109.040)</u>
<b>Resultado bruto</b>		<b>145.102</b>	<b>131.115</b>
Despesas gerais e administrativas		<u>(4.060)</u>	<u>(2.544)</u>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>141.042</b>	<b>128.571</b>
Receita financeira		4.979	8.176
Despesa financeira		<u>(27.967)</u>	<u>(31.682)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>26</b>	<b><u>(22.988)</u></b>	<b><u>(23.506)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>118.054</b>	<b>105.065</b>
Imposto de renda e contribuição social	27.2	<u>(19.014)</u>	<u>(16.679)</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b><u>99.040</u></b>	<b><u>88.386</u></b>
Quantidade de ações (em lotes de mil ações)		263.000	263.000
Lucro por ação (em Reais)		0,38	0,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Energética Águas da Pedra S.A.**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Resultado do exercício	<b>99.040</b>	<b>88.386</b>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u><b>99.040</b></u>	<u><b>88.386</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



# Energética Águas da Pedra S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social realizado	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais Sudam	Reserva especial de dividendo não			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>263.000</b>	<b>18.706</b>	<b>54.521</b>	<b>53.917</b>	<b>44.004</b>	-	<b>434.148</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	88.386	88.386
Destinações:							
Constituições de reservas	-	4.419	19.682	43.293	-	(67.394)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(20.992)	(20.992)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(44.004)	-	(44.004)
Dividendos adicionais pagos em exercícios anteriores	-	-	-	(16.000)	-	-	(16.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>263.000</b>	<b>23.125</b>	<b>74.203</b>	<b>81.210</b>	-	-	<b>441.538</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	99.040	99.040
Destinações:							
Constituições de reservas	-	4.952	22.117	48.449	-	(75.518)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(23.522)	(23.522)
Dividendos adicionais pagos em exercícios anteriores	-	-	-	(81.208)	-	-	(81.208)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>263.000</b>	<b>28.077</b>	<b>96.320</b>	<b>48.451</b>	-	-	<b>435.848</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Energética Águas da Pedra S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	99.040	88.386
Ajustes:		
Depreciação e amortização	28.583	22.448
Juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	24.667	28.596
Outras atualizações monetárias	3.161	2.503
Constituição de provisões de contingências	1.999	-
Imposto de renda e contribuição social	19.014	16.679
	<b>176.464</b>	<b>158.612</b>
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(4.939)	(178)
Outros ativos	10.699	482
Fornecedores e encargos setoriais	278	(921)
Obrigações sociais e trabalhistas	(42)	(61)
Obrigações tributárias	(13.176)	(9.796)
Outorga da concessão	(1.878)	(1.819)
Outros passivos	895	1.003
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.713)	(7.766)
Juros pagos	(22.858)	(25.168)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>130.730</b>	<b>114.388</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.308)	(1.908)
Títulos e valores mobiliários	1.638	(693)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>330</b>	<b>(2.601)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de dividendos	(102.200)	(81.534)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(34.468)	(34.187)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(136.668)</b>	<b>(115.721)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.608)</b>	<b>(3.934)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.155	36.099
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.547	32.155
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.608)</b>	<b>(3.944)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Energética Águas da Pedra S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Aripuanã - MT e foi constituída em 3 de abril de 2007 com a missão de construir e operar a Usina Hidrelétrica Dardanelos com o seu sistema de transmissão. Possui como acionistas a Neoenergia S.A., com 51% de participação, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte com 24,5% e a Companhia Hidrelétrica São Francisco - Chesf com 24,5%.

A Energética é detentora do Contrato de Concessão nº 002/2007 - MME para a exploração da UHE Dardanelos, pelo prazo de 35 anos.

A usina, construída no Município de Aripuanã, em Mato Grosso, no Rio Aripuanã. A operação da UHE Dardanelos é terceirizada para a empresa Neoenergia Operação e Manutenção S.A.

A energia gerada pela Companhia é comercializada com o *pool* de 24 distribuidoras no Brasil, por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

#### **1.1 Aspectos regulatórios relacionados à concessão**

Está tramitando na ANEEL, para deliberação, a autorização para que a Companhia proceda com a transferência não onerosa de parte de seus ativos compostos por linha de transmissão do trecho Dardanelos-Juína e subestação de transformação para a concessionária de transmissão Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE. Até a emissão destas demonstrações financeiras, este processo ainda não havia sido finalizado junto ao órgão regulador.

### **2 Base de preparação**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de janeiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda da apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na nota explicativa 29.

##### **b. Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 29, que dispõe sobre os instrumentos financeiros.

#### **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **6 Mudança nas principais políticas contábeis**

As normas a seguir relacionadas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

##### **a. CPC 47 Receita de contrato com cliente**

Esse pronunciamento não alterou o critério de reconhecimento das receitas auferidas pela Companhia.

##### **b. CPC 48 Instrumentos financeiros**

###### **(i) Classificação - Ativos e passivos financeiros**

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	Classificação CPC 38 (anterior)	Classificação CPC 48 (atual)	Saldo 01/01/2018
<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Custo amortizado	Custo amortizado	32.155
Fundos de investimentos	Custo Amortizado	Custo Amortizado	18.691
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	31.536
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>82.382</b>
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Fornecedores e encargos setoriais	Custo amortizado	Custo amortizado	6.642
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	313.107
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>319.749</b>

- (ii) *Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais*  
O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, esse requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

## 7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos os detalhes das principais políticas contábeis:

### 7.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem, principalmente:

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Apresentados ao valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia (Nota Explicativa nº 9).

#### *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Estão classificados neste grupo os títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 10), os saldos a receber com clientes (Nota Explicativa nº 11), os saldos junto a fornecedores e encargos setoriais (Notas Explicativas nº 17 e nº 18) e os empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 19).

## **7.2 Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros.
- Despesa de juros.
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber).
- Desconto obtido.
- Variação Monetária.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

## **7.3 Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### **(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

### **(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, por meio da Resolução nº 674, em vigor desde 11 de agosto de 2015 ou taxa calculada levando em consideração o final da concessão, pois como não haverá indenização dos ativos que fizerem parte do projeto inicial. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

#### **7.4 Intangível**

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização foi iniciada quando da entrada em operação da Usina.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

#### **7.5 Redução ao valor recuperável de ativos**

A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

#### **7.6 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até 12 meses (quando aplicável). Elas são, inicialmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente e trazidas a valor presente quando for o caso.

#### **7.7 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

#### **7.8 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**7.9 Benefícios a empregados de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

**8.1 CPC 06 (R2) Arrendamentos**

O CPC 06 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com os CPCs e apenas para entidades que aplicam o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial do CPC 06.

O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação do CPC 06 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.



O impacto mais significativo identificado é que a Companhia passará a reconhecer novos ativos e passivos por arrendamento operacional de para aqueles imóveis não residenciais utilizados em suas instalações administrativas.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, o CPC 06 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

- **Transição**

Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e depósitos bancários à vista	5	2.765
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>26.542</u>	<u>29.390</u>
	<u>26.547</u>	<u>32.155</u>

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aplicação.

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente por operações compromissadas lastreadas em Títulos do Tesouro Nacional, por meio de fundos de investimento administrados por instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração média acumulada de 6,3% em 2018 (10,1% em 2017).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 29.

## 10 Títulos e valores mobiliários (não circulante)

	2018	2017
BB Polo 28	17.053	18.691
	<u>17.053</u>	<u>18.691</u>

Não possuem condições de resgate antecipado e os fundos vinculados referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contrato de empréstimo com o BNDES (Nota Explicativa nº 12 - Empréstimos e financiamentos), com a finalidade de garantia real. Remuneração pela variação do CDI à taxa média de 100% sem vencimento predeterminado.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 29.

## 11 Contas a receber

As contas a receber no mercado interno referem-se a 24 contratos (CCEAR) entre a Companhia e as distribuidoras de energia elétrica e são registradas mensalmente.

	Saldos vincendos	2018	2017
Contas a receber de mercado interno:			
- Terceiro	25.428	25.428	24.255
- Partes relacionadas - Nota Explicativa nº 12)	<u>7.528</u>	<u>7.528</u>	<u>7.281</u>
	32.956	32.956	31.536
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	<u>3.519</u>	<u>3.519</u>	-
	<u>36.475</u>	<u>36.475</u>	<u>31.536</u>

A Companhia realizou avaliação dos saldos a receber e, de acordo com sua política de riscos de crédito, não há perdas a serem reconhecidas.

## 12 Partes relacionadas

### 12.1 Saldo patrimonial com partes relacionadas

	<u>Valores a receber</u>	
	2018	2017
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	2.330	2.542
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	2.544	2.224
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	912	896
Elektro Redes S.A.	<u>1.742</u>	<u>1.619</u>
	<u>7.528</u>	<u>7.281</u>

## 12.2 Resultado com partes relacionadas

	<u>Venda de energia (a)</u>		<u>Compra de energia (b)</u>	
	2018	2017	2018	2017
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	21.427	20.759	-	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	19.211	18.567	-	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	7.069	6.845	-	-
Elektro Redes S.A.	14.609	14.134	-	-
NC Energia	-	-	331	633
	<u>62.316</u>	<u>60.305</u>	<u>331</u>	<u>633</u>
			<u>Custo O &amp; M (c)</u>	
			2018	2017
Neoenergia Operação e Manutenção S.A.			<u>7.828</u>	<u>7.686</u>
			<u>7.828</u>	<u>7.686</u>

- (a) Refere-se à venda de energia realizada em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros quanto a prazos, preços e condições.
- (b) Aquisição de energia elétrica para lastro de garantia física nos contratos de venda, as condições da operação foram similares àquelas que seriam realizadas com terceiros, quanto a prazos, preço e condições.
- (c) A operação da UHE Dardanelos foi terceirizada para a Neoenergia Operação e Manutenção S.A. Durante o ano de 2016, o contrato foi firmado com condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros, quanto a prazos, preço e condições.

## 12.3 Remuneração dos administradores

	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>833</u>	<u>797</u>

## 12.4 Controladora

A Neoenergia S.A. é a controladora da Companhia.

## 13 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2018	2017
Imposto de Renda (IR)	2.993	11.737
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	3.668
	<u>2.993</u>	<u>15.405</u>

## 14 Despesas antecipadas

O saldo de despesa antecipada refere-se, substancialmente, à repactuação do risco hidrológico que a Companhia reconheceu como despesa paga antecipadamente, o qual vem sendo apropriado ao resultado do período com valores amortizados mensalmente até o final da concessão.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Prêmio de seguros	485	1.027
Repactuação do risco hidrológico	<u>11.842</u>	<u>12.344</u>
	<b><u>12.327</u></b>	<b><u>13.371</u></b>
Circulante	985	1.527
Não circulante	11.342	11.844

## 15 Imobilizado

### a. Composição

Descrição	Taxa de depreciação - a.a. %	2018			2017
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço:					
Terrenos	-	2.984	(107)	2.877	2.984
Reservatórios, barragens e adutoras	2,6	341.161	(61.801)	279.360	290.680
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,75	107.011	(18.925)	88.086	91.721
Máquinas e equipamentos	3,46	382.730	(85.701)	297.029	309.954
Veículos	14,29	52	(16)	36	43
Móveis e utensílios	6,25	136	(64)	72	81
		<u>834.074</u>	<u>(166.614)</u>	<u>667.460</u>	<u>695.463</u>
Em curso:					
Máquinas e equipamentos		2.865	-	2.865	1.836
Móveis e utensílios		13	-	13	13
Edificações, obras civis e benfeitorias		59	-	59	59
		<u>837.011</u>	<u>(166.614)</u>	<u>670.397</u>	<u>697.371</u>

No advento do termo final de contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas à UHE passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original, desde que aprovados pela União e ainda não amortizados. O valor será apurado mediante auditoria própria da União.

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	834.074	(116.704)	717.370	-	-	717.370
Adições	-	-	-	1.908	1.908	1.908
Depreciação	-	(21.907)	(21.907)	-	-	(21.907)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b><u>834.074</u></b>	<b><u>(138.611)</u></b>	<b><u>695.463</u></b>	<b><u>1.908</u></b>	<b><u>1.908</u></b>	<b><u>697.371</u></b>
Adições	-	-	-	1.029	1.029	1.029
Depreciação	-	(28.003)	(28.003)	-	-	(28.003)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>834.074</u></b>	<b><u>(166.614)</u></b>	<b><u>667.460</u></b>	<b><u>2.937</u></b>	<b><u>2.937</u></b>	<b><u>670.397</u></b>

**b. Provisão para redução ao valor recuperável**

Não foram identificados indicativos que demonstrassem a deterioração ou a perda do valor recuperável dos ativos imobilizados durante o exercício de 2018.

**16 Intangível**

Descrição	Taxa de amortização - a.a. %	2018		2017	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Intangível - UBP (a)	3,2	10.756	(2.649)	8.107	8.503
Intangível - GSF	3,2	4.775	(462)	4.313	4.467
Intangível - Faixa de servidão		419	(15)	404	419
Intangível - <i>Software</i>	20	202	(199)	3	18
		<b>16.152</b>	<b>(3.325)</b>	<b>12.827</b>	<b>13.407</b>
<b>Em curso</b>					
Intangível - <i>Software</i>		279	-	279	-
		<b>16.431</b>	<b>(3.325)</b>	<b>13.106</b>	<b>13.407</b>

- (a) Refere-se ao Uso do Bem Público previsto na cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 002/2007 celebrado entre o Ministério de Minas e Energia e a Companhia, assinado em 3 de julho de 2007.

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	16.152	(2.203)	13.949	-	-	13.949
Depreciação	-	(542)	(542)	-	-	(542)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>16.152</b>	<b>(2.745)</b>	<b>13.407</b>	-	-	<b>13.407</b>
Adições	-	-	-	279	279	279
Depreciação	-	(580)	(580)	-	-	(580)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>16.152</b>	<b>(3.325)</b>	<b>12.827</b>	<b>279</b>	<b>279</b>	<b>13.106</b>

**17 Fornecedores**

	2018	2017
<b>Fornecedores</b>		
Compra de energia CCEE	2.304	2.241
Materiais e serviços	15	238
Compra energia outros fornecedores	2.169	1.824
	<b>4.488</b>	<b>4.303</b>

## 18 Encargos setoriais e taxas regulamentares

	2018	2017
<b>Encargos setoriais</b>		
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST)	2.432	2.339
	<b>2.432</b>	<b>2.339</b>
<b>Taxas regulamentares</b>		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	1.408	692
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	6.936	5.862
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDCT)	170	163
Ministério Minas e Energia (MME)	85	82
Obrigações especiais - Seguro	578	1.123
	<b>9.177</b>	<b>7.922</b>

## 19 Empréstimos e financiamentos

A operação perante o BNDES foi contratada para financiar a construção da Usina Hidrelétrica Dardanelos, com o montante total do crédito aprovado de R\$ 485.000 (valores originais), divididos em quatro subcréditos. As primeiras liberações ocorreram durante o exercício de 2008. Os três primeiros subcréditos serão amortizados em 97 parcelas mensais. Esse passivo foi contratado em moeda nacional, com encargos calculados à razão da TJLP mais 1,81% ao ano.

Como garantia da operação, foi definido em contrato que seriam o penhor de direitos emergentes da concessão, penhor de ações, penhor de direitos creditórios e fiança por parte da Neoenergia.

<b>Moeda nacional</b>	<b>Taxa anual de juros</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2017		343.867
Encargos	TJLP+1,81%	28.596
Amortizações		(34.187)
Pagamentos de juros		(25.169)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>313.107</b>
Encargos	TJLP+1,81%	24.667
Amortizações		(34.468)
Pagamentos de juros		(22.858)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>280.448</b>
	Circulante	35.573
	Não Circulante	244.874
	<b>280.448</b>	<b>313.107</b>

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar tem o seguinte cronograma de vencimento:

	2018	2017
2019	35.573	35.564
2020	35.082	34.849
2021	35.410	35.183
2022 em diante	174.383	207.511
	<b>280.448</b>	<b>313.107</b>

**a. Cláusulas contratuais restritivas (covenants)**

Para o financiamento do BNDES, a Companhia possui cláusula contratual de *covenants*, que determina a manutenção na conta reserva no valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios do contrato de financiamento, mais o valor equivalente à soma dos últimos três pagamentos mensais das despesas de operação e manutenção da beneficiária. A Companhia em 31 de dezembro de 2018 atendeu a exigência contratual.

**20 Outorga da concessão**

Tem origem nas obrigações de pagamento da utilização do bem público advindas do contrato de concessão perante o Poder Concedente. A dívida é composta por 370 parcelas mensais com valor nominal de R\$ 82, cujo vencimento final é a mesma data do encerramento do contrato de concessão, no caso, maio de 2042. Estas estão reconhecidas ao custo nominal trazido a valor presente pela taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital do projeto. A Companhia iniciou os pagamentos quando entrou em operação.

O saldo da dívida está segregado entre curto e longo prazos, como segue:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Circulante	1.810	1.740
Não circulante	13.739	13.322
	<b>15.549</b>	<b>15.062</b>
<b>Total</b>	<b>15.549</b>	<b>15.062</b>

**21 Dividendos**

**21.1 Dividendos mínimos obrigatórios**

O estatuto em respeito à Lei nº 6.404/76, art. 202, estabelece no seu capítulo IV, art. 36, o percentual de 25% de dividendos obrigatórios a distribuir, a cada exercício. Os valores em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 para cada um dos acionistas estão demonstrados conforme a tabela abaixo:

<b>Lucro líquido do exercício de 2018</b>		99.040
Dividendo mínimo obrigatório		<b>23.522</b>
Neoenergia S.A.		11.996
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.- Eletronorte		5.763
Companhia Hidrelétrica São Francisco S.A. - Chesf		5.763
		<b>23.522</b>
<b>Lucro líquido do exercício de 2017</b>		88.386
Dividendo mínimo obrigatório		<b>20.992</b>
Neoenergia S.A.		10.706
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.- Eletronorte		5.143
Companhia Hidrelétrica São Francisco S.A. - Chesf		5.143
		<b>20.992</b>

O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2017 ocorreu em 15 de agosto de 2018.

## 21.2 Dividendo adicional proposto

No exercício de 2018, foi realizado o pagamento do valor de R\$ 37.916, referente à parte dos dividendos adicionais propostos do resultado apurado em 2012, juntamente com os dividendos adicionais propostos do resultado apurado em 2017 no valor de R\$ 43.293, juntamente com o dividendo obrigatório de R\$ 20.992.

## 22 Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de natureza tributária, cível e trabalhista.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e refletem a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função da probabilidade de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos

### 22.1 Valores de provisões para riscos

Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

	2017	Atualizações	Constituições	Baixas	Reversões	2018
Cível	-	-	427	-	-	427
Trabalhista	-	-	1.572	-	-	1.572
<b>Total</b>	-	-	<b>1.999</b>	-	-	<b>1.999</b>

As provisões para riscos cíveis são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamatórias impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas.

A Companhia é ré em inúmeras reclamações trabalhistas envolvendo diversos assuntos. A maior parte envolve horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

### 22.2 Contingências passivas possíveis

A Companhia possui contingências passivas de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e sustentada no julgamento de consultores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de possível.

	2018	2017
Regulatórios	123	18.802
Ambiental	31.471	27.226
Trabalhista	776	2.494
Tributária	5.943	6.624
Outros	39	425
<b>Total</b>	<b>38.352</b>	<b>55.571</b>



Apresentamos abaixo os processos de maior relevância:

- (a) As empresas de geração e comercialização do Grupo Neoenergia, por meio das associações em que participam, ajuizaram ações judiciais visando à suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, que instituiu, entre outras disposições, uma nova forma de rateio dos custos de despacho térmico adicional, para garantia de suprimento energético, passando a ser rateado entre todos os agentes do mercado de energia elétrica. Esses custos incorporam os chamados Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Entre os meses de maio e junho de 2013, foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas associações representantes dos agentes de geração e comercialização, tornando sem efeito o disposto nos arts. 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo o rateio dos custos supracitados pelos agentes representados nas respectivas associações. Em síntese, as teses defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do sistema, que conduz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de Lei e sem a previsão de compensação econômico-financeira. Os processos regulatórios totalizam uma contingência atualizada em decorrência da suspensão por meio de mandado de segurança do exercício de 2018 no valor de R\$ 123 (R\$ 18.802 em 31 de dezembro 2017).
- (b) Processos de natureza ambiental relacionados principalmente ao cumprimento de condicionantes ambientais, cuja contingência atualizada corresponde a R\$ 31.471 (R\$ 27.226 em 31 de dezembro de 2017).
- (c) Processos trabalhistas, cuja contingência atualizada corresponde a R\$ 776 (R\$ 2.494 em 31 de dezembro de 2017).
- (d) Processos de natureza fiscal, cujo valor atualizado corresponde a R\$ 5.943 (R\$ 6.624 em 31 de dezembro de 2017).
- (e) Outros processos diversos no montante de R\$ 39 (R\$ 425 em 31 de dezembro de 2017).

## **23 Patrimônio líquido**

### **23.1 Capital social**

Acionistas	Ações ordinárias	
	Classe única	%
Neoenergia S.A.	134.130.000	51,0
Companhia Energética São Francisco S.A.- Chesf	64.435.000	24,5
Centrais Elétrica do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	64.435.000	24,5
	<u>263.000.000</u>	<u>100,0</u>

### **23.2 Reserva legal**

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

### 23.3 Reserva de incentivos fiscais

Em 30 de abril de 2013, a Companhia obteve Laudo Constitutivo nº 008/2013 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com anuência da Delegacia da Receita Federal do Brasil - Cuiabá/MT em 23 de outubro de 2013, autorizando a redução de 75% do IRPJ, com base no cálculo do Lucro da Exploração, pelo prazo de dez anos a partir de 2013. O montante de R\$ 22.117, lançado no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2018, foi destinado à reserva, totalizando um valor acumulado de R\$ 96.320.

## 24 Receita operacional líquida

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Vendas mercado interno		
Terceiros	232.784	214.591
Partes relacionadas - Nota Explicativa nº 12	<u>62.316</u>	<u>60.305</u>
	295.100	274.896
Dedução da receita (a)	<u>(37.721)</u>	<u>(34.741)</u>
	<b><u>257.379</u></b>	<b><u>240.155</u></b>

(a) O saldo refere-se a:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
(-) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	(22.374)	(21.079)
(-) Programa de Integração Social (PIS)	(4.858)	(4.576)
(-) Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)	(2.574)	(2.285)
(-) Taxa fiscalização - ANEEL	(668)	(668)
(-) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	<u>(7.247)</u>	<u>(6.133)</u>
	<b><u>(37.721)</u></b>	<b><u>(34.741)</u></b>

## 25 Custos dos serviços prestados

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(47.366)	(50.076)
EUST - Encargos de transmissão	(29.237)	(28.271)
Depreciação e amortização	(28.542)	(22.411)
Contrato O&M	(7.828)	(8.054)
Outros	(6.066)	(7.034)
Prêmio de seguro	(1.122)	(791)
Taxa CCEE	(109)	(133)
Taxa ONS	(27)	(22)
Meio Ambiente/PBA	(17)	(734)
Créditos de tributos recuperáveis	<u>8.037</u>	<u>8.486</u>
	<b><u>(112.277)</u></b>	<b><u>(109.040)</u></b>

## 26 Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
<b>Receitas:</b>		
Rendimentos sobre aplicação	4.765	7.894
Desconto obtido	-	3
Outras receitas financeiras	214	279
	<u>4.979</u>	<u>8.176</u>
<b>Despesas:</b>		
Encargos sobre empréstimos	(24.666)	(28.597)
Atualização monetária	(3.160)	(2.503)
Outras	(141)	(582)
	<u>(27.967)</u>	<u>(31.682)</u>
	<u><b>(22.988)</b></u>	<u><b>(23.506)</b></u>

## 27 Impostos e contribuições

### 27.1 Impostos e contribuições a recolher

A composição do saldo é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Impostos de Renda (IR)	20	7.059
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	7.288	9.631
	<u><b>7.308</b></u>	<u><b>16.690</b></u>
Programa de Integração Social (PIS)	291	207
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.347	957
Outros	200	167
	<u><b>1.838</b></u>	<u><b>1.331</b></u>
	<u><b>9.146</b></u>	<u><b>18.021</b></u>

### 27.2 Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social sobre o resultado do período, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>118.054</u>	<u>105.065</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(40.138)	(35.722)
Adições - Incentivo Sudam (i)	22.117	19.682
Outros	(993)	(639)
	<u>(19.014)</u>	<u>(16.679)</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<u><b>(19.014)</b></u>	<u><b>(16.679)</b></u>

(i) Vide Nota Explicativa 23.3.

## 28 Seguros

Riscos	Válido até	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil geral - Operações	31/05/2020	100.000	23
Riscos nomeados e operacionais	31/05/2019	1.506.465	1.099
		<u>1.606.465</u>	<u>1.122</u>

A Administração adota a política de contratar seguros para cobertura de riscos operacionais e responsabilidade civil geral.

A política de seguros "All Risks" oferece proteção para todos os ativos significativos, ou para os ativos de responsabilidade da Companhia ou propriedade de terceiros, bem como possíveis paralisações ou diminuição das atividades por ocorrência de sinistro. A Companhia também possui seguro para terceiros, no caso de sinistro ocorrido no curso de suas atividades e cobertura de transporte nacional e internacional.

## 29 Instrumentos financeiros

### b. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos do grupo.
- **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e
- **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível	Classificação	2018	2017
<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>				
Caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa e depósitos bancários à vista	2	Custo amortizado	26.547	32.155
Fundos de investimentos	2	Custo amortizado	17.053	18.691
Contas a receber de clientes e outros	2	Custo amortizado	<u>36.475</u>	<u>31.536</u>
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b><u>80.075</u></b>	<b><u>82.382</u></b>
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>				
Fornecedores e encargos setoriais	2	Custo amortizado	6.920	6.642
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	<u>280.448</u>	<u>313.107</u>
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b><u>287.368</u></b>	<b><u>319.749</u></b>

### c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de encargos de dívidas
- Risco de crédito
- Risco de taxa de juros.

#### ***Risco de encargos de dívidas***

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívidas, que aumentam despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuem a receita financeira relativa às aplicações da Companhia.

#### ***Risco de crédito***

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito se referem às disponibilidades e às contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber são formadas por 24 clientes via contratos — Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) — com prazo de validade até o final da concessão. Esse contexto reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

#### ***Risco de taxa de juros***

A Companhia possui parte substancial de suas disponibilidades e do seu endividamento indexado, respectivamente, à variação do CDI e TJLP. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhuma operação de instrumento financeiro derivativo envolvendo ativo ou passivo. A exposição desses ativos e passivos à variação das taxas de juros variável é monitorada ativamente pela Administração da Companhia. Abaixo, estão demonstrados a análise de sensibilidade e os diversos cenários que podem impactar os juros anuais sobre os saldos derivados das aplicações financeiras e dos empréstimos.

	<b>Cenários em Reais</b>		
	<b>Provável</b>	<b>Possível -25%</b>	<b>Remoto -50%</b>
<b>Aplicação financeira</b>			
Valor do principal	43.595	43.595	43.595
Taxa: 100% do CDI	6,3%	4,73%	3,15%
Valor aplicação indexada	2.746	2.062	1.373
<b>Impacto aplicações financeiras</b>	<b>2.746</b>	<b>2.062</b>	<b>1.373</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>Provável</b>	<b>Possível +25%</b>	<b>Remoto +50%</b>
Valor do principal	280.448	280.448	280.448
TJLP + 1,81% a.a.	7,50%	9,38%	11,25%
Juros	21.034	26.306	31.550
<b>Impacto empréstimos</b>	<b>21.034</b>	<b>26.306</b>	<b>31.550</b>

## 30 Compromissos

### 30.1 Venda de energia

O compromisso futuro de venda de energia elétrica contratada está composto da seguinte forma:

<b>Ano</b>	<b>Volume MWH</b>	<b>Valor nominal</b>
2019	1.288	205.491
2020	1.291	206.054
2021 em diante	25.772	4.112.640
	<b>28.351</b>	<b>4.524.185</b>

### 30.2 Fianças bancárias

A Companhia possui contrato de fiança bancária com a instituição financeira Banco do Brasil S.A. com a finalidade de garantir o fiel cumprimento das obrigações do contrato de uso do Sistema de Transmissão nº 036/2010 celebrado entre a Energética Águas da Pedra S.A. e o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

\* \* \*

#### **Diretoria**

Felipe dos Santos Moreira  
 Diretor Presidente e Administrativo-Financeiro

Enio Ferreira Bocorny  
 Diretor Técnico

**Conselho da Administração**

Marcelo José Cavalcanti Lopes  
Alejandro Ramon Arroyo  
Antonio Maria Amorim Barra  
João Henrique de Araújo Franklin Neto

**Conselho Fiscal**

Luciana Maximino Maia  
Washington Martins da Silva  
Antonio Carlos Reis de Souza

**Contador**

Alisson de Castro Barboza  
Contador - CRC/DF nº 021017/O-9